



Índice

- 01** MPF pede indenização de R\$ 20 milhões para índios no Sul do AM
- 02** Índios cobram pedágio em rodovia entre Campo Novo e Sazepal e fazem operação tapa-buracos
- 03** RO – UNIR reúne imprensa para debater sobre o conflito em terras indígenas de Humaitá e Apuí
- 04** 1º Encontro Nacional das Mulheres Quilombolas de 20 a 24/03, em Brasília
- 05** MA – Funai media diálogo entre indígenas Krikati e Eletronorte
- 06** Desocupação da TI Awá Guajá leva madeireiros a invadirem outra área indígena no Maranhão
- 07** Após 11 horas, índios liberam trânsito a MS-295 em Tacuru
- 08** Em nota, Ministério da Defesa anuncia medidas para comunidade quilombola Rio dos Macacos
- 09** Jovens quilombolas participam de oficinas de inclusão digital na UFT
- 10** Avaliação de governo indica evolução nas políticas para indígenas e jovens
- 11** 17,08% dos inscritos faltaram em concurso para professor indígena
- 12** Padre Italiano visita comunidade Indígena Carreteiro de Água Santa
- 13** Emater fortalece atendimento a catadores de caranguejo de São João da Ponta



- 14 terras indígenas de Humaitá e Apuí
- 15 Agricultura analisa projeto sobre indenização a ocupantes de terras indígenas
- 16 Conab faz doação para comunidades indígenas do AM
- 17 Ilhéus: Após protesto, indígenas fazem concurso público para professor.
- 18 Mato Grosso do Sul tem a 3ª maior taxa de suicídios do Brasil, diz Saúde
- 19 Vídeo: advogada relata estupro cometido por índio da tribo Tupinambá em Ilhéus
- 20 Índios Krikati reivindicam cumprimento de acordo que remonta à década de 1970
- 21 INFORME 6 - Operação Awá-Guajá
- 22 Tempos sombrios para os povos indígenas
- 23 Morte de índios é a maior desde 1988, diz Pastoral da Terra
- 24 Agência instalada em barco vai atender mulheres ribeirinhas vítimas de violência
- 25 MPF recomenda transferência de militares envolvidos na prisão de quilombolas
- 26 Incra-MA apresenta para representantes da CNA plano de reassentamento de não-índios na Terra Indígena Awá
- 27 Indígena de Caarapó dada como 'morta' reaparece causando susto e arrepio na família
- 28 Índio Capiapó assassinado em reserva indígena no município de Tucumã
- 29 Já se passaram 30 dias e ainda não foram encontrados os corpos dos moradores sequestrados pelos índios
- 30 Representantes de ministérios tentam acordo entre índios tenharins e moradores

MPF pede indenização de R\$ 20 milhões para índios no Sul do AM

SÍTIO G1/AM, 15.01.2014

Para órgão, valor é compensação por danos causados pela Transamazônica. Região registra conflitos desde o fim de 2013, quando três desapareceram.



Impactos gerados pela Rodovia Transamazônica aos povos e terras indígenas foram elencados em relatório antropológico do MPF (Foto: Larissa Matarésio/G1 AM)

O Ministério Público Federal no Amazonas (MPF-AM) ajuizou uma ação civil pública na Justiça Federal nesta quarta-feira (15) que pede indenização R\$ 20 milhões por danos causados pela BR-230 (Rodovia Transamazônica) aos índios que habitam as terras indígenas Tenharim Marmelos e Jiahui, no Sul do estado. O órgão cobra que a Fundação Nacional do Índio (Funai) e a União compensem as populações indígenas pelos danos ambientais, socioculturais e morais coletivos gerados ao longo dos mais 40 anos de existência da rodovia. Os pedidos do MPF-AM ainda serão analisados por um juiz da Justiça Federal.

A Rodovia Transamazônica, no trecho situado na região Sul do Amazonas, em Humaitá, passa pelas terras indígenas Tenharim Marmelos e Jiahui. A área registra conflitos entre índios e não-índios após o desaparecimento de três homens, desde dezembro do ano passado. A cobrança de pedágio pelos indígenas, que atualmente está suspensa, também está entre os motivos do conflito.

Os supostos danos aos índios, apontados na ação do MPF, são citados no Relatório Antropológico elaborado com relatos das populações indígenas e de moradores de Humaitá. Os

CONT.

depoimentos foram coletados em junho do ano passado e motivaram a ação protocolada nesta quarta (15).

A nova ação civil pública, que prevê uma série de medidas voltadas aos direitos dos índios, resulta das investigações de um inquérito civil público instaurado em abril de 2013.

O procurador da República Julio José Araujo Junior, responsável pelo 5º Ofício Civil, que trata de populações indígenas e comunidades tradicionais, explicou que nas últimas quatro décadas as populações das etnias Tenharim e Jiahui sofreram com danos permanentes gerados pela existência da BR-230.

"Há uma limitação do usufruto constitucional dos indígenas, que possuem o direito às terras que são demarcadas. Os índios sofrem diariamente os danos da rodovia, que são de três ordens: ambientais, socioculturais e moral coletivo", afirmou Julio Araujo Junior.

Segundo o procurador, a construção da Transamazônica causou impactos ambientais ao solo, danos pelo acúmulo de lixo e poluição, perturbação do conforto acústico, além da contaminação da água, diminuição da diversidade ecológica, desmatamentos, queimadas e invasões.



Índios Tenharim durante visita de comitiva do Comando Militar da Amazônia
(Foto: Larissa Matarésio/G1)

"Houve epidemias por conta do contato, desestruturação étnica do grupo, remoção de aldeias, recrutamento forçado de trabalhadores e perda demográfica. Além disso, há uma violação de
CONT.



direitos fundamentais dos povos indígenas, tanto pela construção da rodovia como decorrente dos danos permanentes", destacou o procurador.

Para compensar as populações indígenas Tenharim e Jiahui, o MPF-AM pede que a Funai e a União paguem R\$ 10 milhões cada. As indenizações seriam depositadas em uma conta específica para aplicação em políticas públicas, definidas com parecer dos índios, sob coordenação da Funai.



Ação do MPF prevê medidas e indenização por danos ambientais, socioculturais e dano moral coletivo (Foto: Adneison Severiano/G1 AM)

Na ação, o Ministério Público Federal, fez outros pedidos em caráter de liminar. Entre eles, a realização de uma campanha de conscientização sobre direitos dos povos indígenas, no prazo de 30 dias, com as populações dos municípios de Humaitá, Apuí e Manicoré. O órgão solicitou que sejam tomadas medidas para preservar locais sagrados e cemitérios indígenas, situados às margens da rodovia dentro de 60 dias. A reforma de escolas em três aldeias também foi requisitada.

"Existe uma necessidade de atuação mais firme na educação para que os índios não percam o ano letivo durante as reformas das escolas. Queremos a instalação, no prazo de seis

meses, de um polo-base específico para atendimento de saúde indígena por conta das dificuldades logísticas. Pedimos, em caráter de urgência, a criação de um Centro de Memória e elaboração material de didático sobre impactos gerados pela BR-230 aos povos", ressaltou o procurador Julio José Araujo Junior.

A solicitação de indenização não tem caráter de liminar. O G1 aguarda posicionamento da Funai e da União sobre as ações movidas pelo Ministério Público.

Conflitos

Os conflitos no sul do Amazonas aumentaram desde o desaparecimento de três homens na Rodovia Transamazônica no dia 16 de dezembro de 2013. Moradores da área culpam índios da etnia Tenharim Marmelos pelo sumiço. A população afirma que seria uma retaliação dos indígenas pela morte do cacique Ivan Tenhaim ocorrida no início de dezembro. Os índios negam envolvimento com os desaparecimentos.

No dia 25 do dezembro, um grupo de moradores de Apuí e Humaitá ateou fogo em bens da Funai e Funasa. Após os ataques, a Funai pediu que o 54º Batalhão de Infantaria de Selva (BIS), em Humaitá, abrigasse 143 indígenas no quartel. Após solicitação do MPF-AM, os indígenas retornaram para as aldeias sob proteção do Exército, mas sofreram com restrições de alimentos e medicamentos.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 08./ 2014

Brasília, 16 de janeiro de 2014.

Com a intervenção de autoridades militares e governamentais, os indígenas passaram a receber mantimentos e remédios.

A cobrança de pedágio feita pelos indígenas também está entre os motivos dos conflitos na região. Os motoristas que passam pelo local se recusam a pagar as taxas. Os índios afirmam que o pagamento seria uma compensação pelos danos causados pela Rodovia Transamazônica.

Índios cobram pedágio em rodovia entre Campo Novo e Sapezal e fazem operação tapa-buracos

SÍTIO PLANTÃO NOTÍCIAS, 15.01.2014



Índios da etnia Pareci estão realizando uma operação tapa-buracos na rodovia estadual MT-235, entre os municípios de Sapezal e Campo Novo do Parecis, distantes 473 km e 397 km de Cuiabá, respectivamente. O trecho em que está sendo colocado a massa asfáltica tem 60 km e passa dentro da reserva indígena Utiariti.

Porém, para que a operação ocorra, os índios cobram pedágios dos motoristas, o que tem gerado muitas reclamações por parte de quem trafega pela estrada. Ao menos 20 indígenas se revezam para o trabalho e cobram o valor de R\$

50 para caminhões, R\$ 20 para carros e R\$ 10 para motos. Contudo, o investimento para recuperar o trecho é de R\$ 100 mil, segundo a associação que administra o pedágio.

A cobrança de pedágio gera questionamentos sobre a legalidade e ainda pelo fato de se tratar de uma rodovia estadual que deveria receber pavimentação por meio do poder público. A Secretaria Estadual de Transporte e Pavimentação Urbana (Setpu) informou que firmou um acordo com a Prefeitura de Sapezal para fazer esse trabalho. O estado fornece o material e o município a mão-de-obra. Porém, o secretário de Obras do município, Arnaldo Silva, declarou que o levantamento da quantidade do material será repassado para o estado formalizar o acordo.

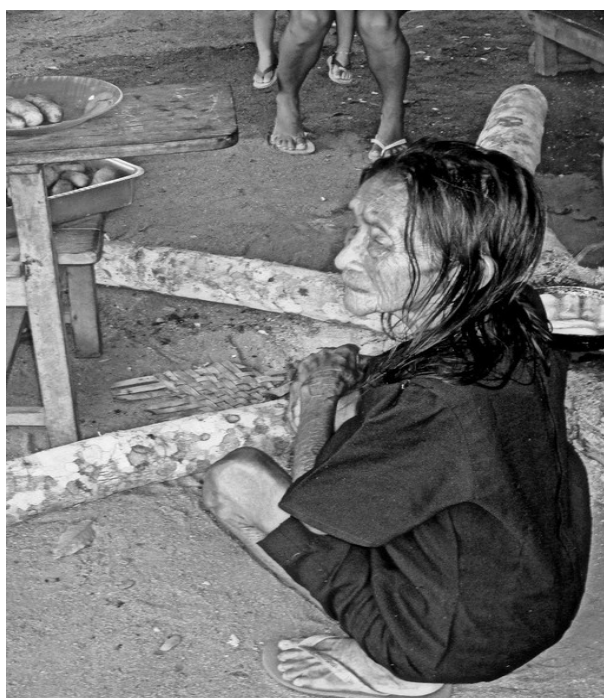
"Existe um cronograma da associação que vai desde a etapa do tapa-buraco, recuperar os pontos sobre as cabeceiras da ponte e, principalmente, dentro já do nosso orçamento uma lama asfáltica que vai recuperar alguns pontos que já se encontram desgastados", explicou Edson Kazumazakauê, índio pareci.

Os índios cobram pedágio na MT-235 desde 1997. A rodovia foi asfaltada há cinco anos e essa é a primeira vez que os índios colocam massa asfáltica para tapar os buracos. A estrada tem 110 quilômetros de extensão e passam cerca de 200 veículos por dia. A região é grande produtora de grãos e o movimento de carretas é intenso.

Fonte: G1 MT

RO – UNIR reúne imprensa para debater sobre o conflito em terras indígenas de Humaitá e Apuí

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 15.01.2014



A Fundação Universidade Federal de Rondônia (UNIR) cumprindo seu papel pluridisciplinar e humanístico realizou, na manhã desta quarta-feira, 15 de janeiro de 2014, uma entrevista coletiva para explicitar a situação que vem ocorrendo nas terras indígenas dos Povos Tenharim e Diahui, localizadas no sul do Amazonas, especificamente nos municípios de Humaitá e Apuí. A coletiva teve a presença do Ministério Público Federal (MPF), representado pelo Procurador da República Raphael Bevilaqua, da Fundação Nacional do Índio (FUNAI), do Conselho Indigenista Missionário (CIMI) e de membros da Comissão "Missão Tenharim", um grupo de professores da UNIR dos Campi de Porto Velho e Ji-Paraná.

A reunião com a imprensa teve como objetivo apresentar informações colhidas pelos integrantes da comissão da UNIR, que estiveram no local do conflito no período de 7 a 11 de janeiro de 2014. No relatório parcial de

observação é relatada a situação de isolamento social, territorial e implicações psicológicas que os indígenas estão passando. A preocupação dos indígenas com as crianças também é motivo para alerta, pois segundo eles, existe um grande trauma com as perseguições e ameaças que continuam existindo na região. Há dificuldades de alimentação, falta de medicamento e de assistência médica. O relatório parcial contém, além da narrativa da situação, a apresentação de uma série de propostas e recomendações visando à implementação de políticas públicas emergenciais que garantam a segurança alimentar e física dos indígenas.

O Ministério Público Federal manifestou-se informando que está atento aos fatos e encaminhando as reivindicações produzidas pelas lideranças indígenas às instituições responsáveis pelo atendimento desses povos. Neste sentido encaminhará recomendação à UNIR a fim de que possa recepcionar o grupo de 15 estudantes da etnia Tenharim, provenientes de instituições de ensino superior do sul do Amazonas. Esta ação visa prevenir intensificações do conflito a partir de possíveis atentados à vida desses alunos, visto que existem ameaças e pontos de vista diferenciados quanto à presença de indígenas, principalmente do Povo Tenharim, na região. Em contrapartida, a UNIR ao receber essa demanda, irá reunir os seus departamentos acadêmicos a fim de analisar a recomendação e, se aceita, irá encaminhar um documento ao Ministério da Justiça e ao Ministério de Educação,

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 08./ 2014

Brasília, 16 de janeiro de 2014.

solicitando a criação de estrutura apropriada para a permanência destes acadêmicos nesta IFES.

A comissão "Missão Tenharim" também informou que os indígenas estão preparando os termos para uma denúncia oficial à Organização dos Estados Americanos (OEA), e que foi elaborada uma carta sobre o conflito, endereçada à Presidente Dilma Rousseff, ao Ministério da Justiça, ao Ministério dos Transportes e à FUNAI, solicitando políticas públicas emergenciais. Como proposta, a comissão sugeriu a realização de um seminário objetivando discutir a situação de conflitos envolvendo indígenas e não indígenas em todo o território nacional. Pois, desta forma, a UNIR cumprirá o seu papel referente ao ensino, pesquisa e extensão, produzindo conhecimento humanístico, científico e tecnológico, e propondo políticas públicas, visando o fortalecimento dos direitos humanos, principalmente das minorias.

UNIR Tenharim



-

Enviada para Combate Racismo Ambiental por Henyo Barretto.



Boletim de Notícias - Edição nº 08./ 2014

Brasília, 16 de janeiro de 2014.

1º Encontro Nacional das Mulheres Quilombolas de 20 a 24/03, em Brasília
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 15.01.2014



Por CONAQ

Com 19 anos de existência, a Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Quilombolas – CONAQ, na luta pela demarcação dos Territórios Quilombolas, soberania do povo quilombola, enfrentamento ao racismo institucional, ambiental, social, cultural na aplicação das Leis e cumprimento das mesmas.

Neste sentido, nós mulheres quilombolas do Brasil, vamos nos reunir com o objetivo de consolidar a luta pela terra, avaliar as políticas públicas e as condições que as mesma 'atendem' as mulheres quilombolas, no enfrentamento ao machismo, em quebrar o silêncio denunciando a violência doméstica nas suas mais variadas formas, gestos e manifestações, enfrentar a desigualdade geracional, social.

A luta quilombola é liderada por homens e mulheres, e em muitos cantos deste país a luta é construída, liderada por mulheres que acumulam ao longo ou no início da vida as funções de mãe ou não, responsável pelo lar, cuida da roça, dos animais, quebra coco, faz carvão, na labuta diária dos afazeres, cuida dos filhos (as), dos mais velhos da família, trabalha no comércio, na saúde, na educação, estuda, acumula funções na tarefa diária que é ser mulher.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 08./ 2014

Brasília, 16 de janeiro de 2014.

Em nome de tantas mulheres quilombolas que tombaram na estrada da luta, que tiveram seu sangue derramado pelo conflito agrário e pela violência doméstica, em nome de cada menina que nasce, em nome de cada mulher que assume seu papel de transformadora nessa sociedade racista, machista, patriarcal, é que construímos esse momento para trocarmos experiências, histórias, recarregar as energias e continuar a transformar a história.

Comissão Organizadora do Encontro Nacional de Mulheres Quilombolas – CONAQ

OUTRAS INFORMAÇÕES:

Inscrições, endereço completo de onde vai acontecer o evento, vamos socializando por aqui na página da CONAQ.

OUVINTES em geral arcaram com suas próprias despesas de passagem, alimentação e hospedagem, com inscrição prévia solicitada a organização do evento.

Qualquer dúvida, por gentileza, mande mensagem (in box) nesta página mesmo que vamos respondendo.



MA – Funai media diálogo entre indígenas Krikati e Eletronorte

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 15.01.2014

Funai – Desde o dia 06 de janeiro a Funai vem mediando o diálogo e servindo de interlocutora entre a Eletronorte e o povo Krikati no sentido de buscar soluções à situação das torres de transmissão de energia que se localizam na Terra Indígena Krikati no Maranhão.

Ocorre que na década de 70 a Eletronorte instalou torres de linha de transmissão em cerca de 35 km da Terra Indígena Krikati. Como forma de compensação, a empresa desenvolveu uma série de ações nas áreas de saúde, educação apoio a produção e infra estrutura entre os anos de 1977 a 1987.

Desde então as comunidades indígenas tem buscado estabelecer diálogo para que um programa de apoio de longo prazo seja implementado e possa, de fato, mitigar e compensar os impactos das linhas de transmissão na Terra Indígena. Por colocar risco à segurança da comunidade e restringir o uso pleno da terra pelos indígenas, além de provocar impactos permanentes o povo Krikati, busca a promoção de ações de etnodesenvolvimento .

A Terra Indígena Krikati foi demarcada e homologada para uso exclusivo e permanente do povo Krikati em outubro de 2004.

Nesse sentido, em outubro do passado foi realizada uma reunião entre a Eletronorte e o povo Krikati, onde a Eletronorte se comprometeu em executar ações de curto e médio prazo visando uma solução concreta e estruturante para os problemas que afetam a comunidade.

Contudo, a demora no cumprimento do acordo levou o povo Krikati a um movimento de reivindicação no dia 05 de janeiro com interrupção de duas linhas de transmissão, que interligam a subestação de Imperatriz a Presidente Dutra, no Maranhão, ambas de responsabilidade da Eletronorte. Com a manifestação duas torres foram derrubadas, mas segundo a Eletronorte, o episódio não acarretou interrupção no fornecimento de energia.

No dia 11 de janeiro a Eletronorte e a comunidade indígena Krikati chegaram a um acordo que permite um bom relacionamento entre as partes. No entanto permanece sem definição a implementação do programa de longo prazo que deverá ser decidido por via judicial.



Desocupação da TI Awá Guajá leva madeireiros a invadirem outra área indígena no Maranhão

SÍTIO O GLOBO, 15.01.2014

Indígenas da Terra Indígena Alto Turiáçu dizem que suas terras foram invadidas e loteadas

SÃO PAULO - Os madeireiros que saíram da Terra Indígena Awá Guajá, com o início do processo de retirada dos não índios da área, migraram para a Terra Indígena Alto Turiáçu, lotearam entre si áreas de desmatamento e estão ameaçando os índios de morte. A denúncia é da Associação Indígena Kaaportarupi, que representa os índios ka'apor. De acordo com a entidade, o acesso dos madeireiros vem sendo feito principalmente pelos municípios de Santa Luzia do Paruá e Maranhãozinho e apenas na manhã desta terça-feira 15 caminhões e tratores adentraram a mata. A TI Alto Turiáçu é ligada diretamente à TI Awá Guajá, ao Norte. Em agosto do ano passado, uma série de reportagens do GLOBO denunciou a ação dos madeireiros.

- Eles deixaram a Terra Indígena Awá Guajá e vieram para cá. Entram na hora que querem, colocam quantos equipamentos tiverem. As serrarias estão operando normalmente nos municípios vizinhos - afirma José Andrade, que trabalha com a entidade indígena num projeto de vigilância da TI Alto Turiáçu.

A Associação Indígena Kaaportarupi diz que a violência na região se acirrou desde o ano passado, quando as aldeias da terra indígena se uniram para tentar defender suas terras. No ano passado foram feitas operações do Exército, do Ibama e da Funai na região, mas, segundo os indígenas, com a saída das tropas a violência piorou. Uma das aldeias, a Gurupiúna, chegou a ser invadida por um bando armado, identificado por eles como pessoas ligadas a serrarias nos municípios de Centro Novo do Maranhão, Centro do Guilherme e Maranhãozinho. Vários índios teriam sido espancados e foram roubados documentos e roupas.



Após 11 horas, índios liberam trânsito a MS-295 em Tacuru

SÍTIO A GAZETA NEWS, 15.01.2014

Caminhões, veículos de passeio e até ônibus de passageiros ficaram parados na barreira montada pelos guarani-kaiová

Vilson Nascimento

Os indígenas liberaram agora a pouco, por volta das 18h, o trânsito na Rodovia MS-295 trecho que liga Tacuru a Iguatemi.

O trecho da rodovia estadual que integra a vulgarmente conhecida "Guaira-Porã", foi bloqueada por volta das 7h da manhã dessa quarta-feira (15) por um grupo de aproximadamente 60 indígenas das aldeias Sassoró e Jaguapiré, ambas em Tacuru.

Os manifestantes querem a saída do chefe do Pólo Regional da SESAI (Secretaria Especial da Saúde Indígena), Gilmar Rodrigues e a nomeação de um índio para ocupar o cargo.

Segundo lideranças das duas reservas ouvidas pela reportagem do A Gazetanews, entre elas o vice-capitão da Aldeia Sassoró e vereador em Tacuru, Ancilo Castelhão, as exigências dos manifestantes não refletem a vontade da maioria da comunidade e sim de pequenos grupos motivados por forças políticas.

Segundo a polícia, no decorrer da semana passada uma equipe de saúde composta por motorista, médico, enfermeiros e técnicos de enfermagem da SESAI já haviam ficado refém dos manifestantes por cerca de meio dia na Aldeia Jaguapiré e inclusive um veículo da Secretaria apreendido pelos indígenas ainda estaria retido no interior da aldeia, fator que acabou prejudicando o atendimento à saúde da própria comunidade indígena local.

Bloqueio causou transtornos e prejuízos

Veículos de carga, carros de passeio e até ônibus de passageiros foram barrados na barricada formada pelos indígenas na rodovia e ficaram impedidos de seguir viagem durante a manifestação dessa quarta em Tacuru, causando grandes prejuízos aos usuários da via.

Equipes das polícias, Militar Rodoviária Estadual (PRE) da base operacional de Amambai e da Polícia Militar de Tacuru, estiveram no local acompanhando a movimentação dos manifestantes.

Fonte: A Gazeta News



Em nota, Ministério da Defesa anuncia medidas para comunidade quilombola Rio dos Macacos

SÍTIO PORTAL BRASIL, 15.01.2014

Ministro Celso Amorim acompanha com atenção a situação de moradores da comunidade, diz comunicado

O ministro da Defesa, Celso Amorim, acompanha com atenção os desdobramentos do incidente entre moradores da comunidade quilombola Rio dos Macacos, no município de Simões Filho (BA), e militares da base da Marinha conhecida como Vila Naval da Barragem. No dia 6 de janeiro, dois membros da comunidade foram detidos sob a alegação de supostas ameaças e desacato contra as sentinelas de serviço. Ao tomar conhecimento do fato, o ministro Celso Amorim determinou a soltura imediata dos irmãos Rosemeire e Ednei dos Santos.

Na sequência da decisão ministerial, a Marinha do Brasil instaurou Inquérito Policial Militar (IPM) para apurar as circunstâncias e as responsabilidades pelo ocorrido. O procedimento investigativo conta com a assistência do Ministério Público Militar (MPM).

O Comandante do 2º Distrito Naval determinou, ainda, o afastamento dos militares envolvidos de seus postos de serviço na Vila Naval da Barragem. Em nota oficial do dia 10 de janeiro, a Marinha comprometeu-se com a transparência e a imparcialidade da investigação e reiterou o compromisso de cooperar com o Ministério Público Federal (MPF).

Nessa terça-feira (14), o ministro Celso Amorim determinou pronto atendimento ao pedido de abertura de uma segunda via de acesso à área da comunidade Rio dos Macacos, sem interferência militar.

O Ministério da Defesa, em parceria com diversos órgãos da administração pública federal, estadual e municipal, tem se empenhado na solução da questão fundiária entre a comunidade Rio dos Macacos e a União Federal. Entre as ações definidas estão o apoio à construção do Centro Comunitário, a viabilização do fornecimento de água potável, a reparação de imóveis que estão em risco iminente de queda e a permissão para plantio, cultivo e criação de animais.

Por fim, o ministro Celso Amorim reafirma seu respeito à dignidade humana e à integridade física e moral dos cidadãos e repudia quaisquer atos de violência.

Fonte:
Ministério da Defesa

Jovens quilombolas participam de oficinas de inclusão digital na UFT
SÍTIO UFT, 15.01.2014



Jovens participam de oficinas na UFT (Foto: Divulgação)

Trinta e três jovens negros das comunidades quilombolas Kalunga do Mimoso e Lagoa da Pedra participaram no último fim de semana (dias 11 e 12 de janeiro) de uma oficina de Inclusão Digital no Câmpus de Arraias da Universidade Federal do Tocantins (UFT). A atividade, ministrada pelo professor Janio Carlos Silva, faz parte do projeto do Núcleo de Formação de Agente Cultural da Juventude Negra (Nufac) da Universidade, e também foi realizada no Câmpus de Porto Nacional, nos dias 8 e 9 de janeiro, com 35 participantes das comunidade quilombolas de Córrego Fundo, Curralinho do Pontal, Malhadinha e Manoel João, do município de Brejinho do Nazaré.

Em parceria com a Fundação Cultural Palmares, o projeto da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis e Comunitários (Proest) oferta capacitação técnica para jovens negros, a maioria de comunidades quilombolas próximas aos câmpus da instituição. Eles foram selecionados pelo estudo socioeconômico da Fundação de Apoio Científico e Tecnológico do Tocantins (Fapto). A coordenação-geral do projeto é da professora Giselli Tamarozzi.

Ao todo são 180 alunos beneficiados nos polos de Arraias, Porto Nacional, Palmas, Araguaína e Tocantinópolis. O professor do colegiado de Jornalismo, Wolfgang Teske, O professor do colegiado de Artes, Renato Moura, o técnico-administrativo Bob Maia e o mestre em Modelagem Computacional formado pela UFT, Jânio Silva são os ministrantes dos cursos de Produção Cultural, Produção de Vídeo, Finalização de Vídeo, Operação de Áudio e Artesão de Joias disponíveis aos jovens.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 08./ 2014

Brasília, 16 de janeiro de 2014.

Para o coordenador administrativo do Nufac, Alexandre Araújo, o núcleo representa o cumprimento da função social da Universidade. "O projeto não se resume às oficinas. Ele é um chamado da UFT para as comunidades quilombolas adentrarem na universidade e perceberem que é o momento delas mostrarem realmente o que desejam para o futuro de sua própria gente através da busca do conhecimento", afirma.

A próxima oficina está prevista para o dia 25 de janeiro no Câmpus de Palmas e vai atender jovens da comunidade Barra da Aroeira. O programa de capacitação do Nufac deve ser concluído neste primeiro semestre de 2014.

Avaliação de governo indica evolução nas políticas para indígenas e jovens

SÍTIO PAGINA20.NET, 15.01.2014



GOVERNO tem feito reuniões setoriais para discutir avanços nos últimos três anos - Foto: Sérgio Vale

Ao longo deste mês as equipes das secretarias e autarquias que compõem o governo do Estado estão se reunindo, semanalmente, na Secretaria de Estado de Fazenda, para apresentar ao governador Tião Viana, as ações executadas nos últimos três anos. Nesta quarta-feira, apresentaram os resultados conquistados a Assessoria dos Povos Indígenas e Assessoria da Juventude (AsseJuv).

Marcelo Piedrafita, da Assessoria dos Povos Indígenas, foi responsável pela apresentação das atividades da pasta. Ele destacou que entre 2010 e 2014 foi registrado o maior crescimento de criação de escolas indígenas. Até o final deste ano o Estado terá criado (entre 2010-2014) mais 72 novas escolas, além das que já estavam em atividade.

A assessoria também foi responsável pela articulação dos povos indígenas, principalmente na consolidação da política de gestão ambiental. Segundo Marcelo Piedrafita, 15 secretarias de Estado estão promovendo atividades em terras indígenas. "Estamos avançando no Etnoturismo, uma atividade pioneira que mostra o potencial dos festivais indígenas e no zoneamento etnoambiental, que até 2014 estimamos concluir esse trabalho. Hoje já temos concluído 29 zoneamentos, das 34 terras indígenas existentes no Acre", completou Marcelo Piedrafita

Além disso, o governo também tem investido em ações de produção, saúde, educação e habitação com a construção de moradias em terras indígenas de Tarauacá e Cruzeiro do Sul. Há ainda, para 2014, a implantação da agroindústria de Marechal Thaumaturgo.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 08./ 2014

Brasília, 16 de janeiro de 2014.

“Vemos que essa é uma equipe pequena, mas que ajuda a provocar uma transformação imensa. Isso me orgulha e o desafio não acaba. Os nossos indígenas estão pedindo mais e nós temos que trabalhar para as futuras gerações”, comentou Tião Viana.
AsseJuv se consolida

O assessor especial da Juventude, Thiago Higino, observou que uma das primeiras ações, há três anos, foi buscar sua identidade visual e começar a institucionalização da AsseJuv. “Apesar de ser uma assessoria pequena, nós conseguimos realizar muitas ações. Atingimos 107% das metas propostas”, afirmou.

A Assessoria de Juventude promoveu uma conferência estadual, criou as brigadas que atuou no combate à dengue, no apoio aos atingidos pelas enchentes em 2012 e 2013. Já a Brigada Jovem no combate às drogas e de educação sexual levou as escolas públicas capacitações e palestras, além de ser uma forma de manter os alunos nas escolas em tempo integral.

Surgiu ainda, o Juventude na Comunidade que leva esporte e lazer para bairros carentes da capital e a campanha ‘Vamos Proteger’ para coibir abuso e exploração sexual cometidos contra crianças e adolescentes.

Nayanne Santana



17,08% dos inscritos faltaram em concurso para professor indígena

SÍTIO TRIBUNA FEIRENSE, 15.01.2014

Dos 1.167 inscritos no concurso público para provimento de vagas no cargo de professor indígena, quase 200 deixaram de comparecer aos locais de prova, realizada no último domingo (12). O índice de abstenção registrado ficou em 17,08%.

A cidade com maior número de faltosos foi Paulo Afonso (27%), seguida de Porto Seguro (25%), Ibotirama (18,6%), Ilhéus (9,3%) e Ribeira do Pombal (5,5%). Realizado pelo Governo do Estado, por meio das secretarias da Administração (Saeb) e da Educação, o concurso é organizado pela Consultoria em Projetos Educacionais e Concursos (Consultec).

Durante o período de aplicação das provas - quatro horas no turno vespertino -, o concurso transcorreu dentro dos critérios de normalidade. Os candidatos responderam 54 questões, sendo 50 da prova objetiva e quatro da prova discursiva. Esta é a primeira etapa do certame, de caráter eliminatório e classificatório. A etapa seguinte, de caráter classificatório, será dedicada à avaliação de títulos.

Conforme o cronograma provisório do concurso, a divulgação do gabarito da prova objetiva está previsto para o dia 21 deste mês, no Diário Oficial do Estado (DOE) e no site da organizadora (www.consultec.com.br). Este é o primeiro concurso público para a função já realizado em todo o país, atividade específica à etnia.



Padre Italiano visita comunidade Indígena Carreteiro de Água Santa

SÍTIO RÁDIO TAPEJARA, 15.01.2014

Na tarde de terça-feira, 14 de janeiro, estive na Comunidade Indígena Carreteiro, no interior de Água Santa, o Pe Italiano, Dom Martchello, ele que está em passeio pelo Brasil.

Dom Marchello veio ao Brasil acompanhado de Djusi e Elisa, elas que realizam na Itália um trabalho voltado aos jovens.

Estiveram na companhia dos três italianos, por ocasião de sua visita à Comunidade Indígena Carreteiro os Padre Ivanir e Nivaldo e ainda Altenor e Marilene Mezavilla e seus dois filhos Leonar e Luiz Henrique.

O grupo chegou à Comunidade Indígena Carreteiro por volta das 15:00 h, onde após serem recepcionados assistiram a um audiovisual da comunidade, assistiram apresentações com as crianças indígenas e tiveram suas perguntas a respeito da vida da comunidade, respondidas pelo Cacique Valdir e pelas professoras da Escola Indígena, ato esse que foi seguido pela visita ao Horto Medicinal. Na sequência foi servido um lanche com pratos típicos da comunidade: feijão com broto de moranga, pão de milho e bolo (Émi – bolo esse geralmente cozido no calor das brasas e coberto de cinzas). Após os visitantes foram presenteados com produtos confeccionados na comunidade, tais como: artesanato e produtos obtidos com as ervas medicinais do horto da comunidade.

Para culminar com a visita à Comunidade Indígena Carreteiro o grupo passou pela olaria, galpão de máquinas e salão comunitário, seguindo após isso, para a Gruta de Nossa Senhora de Lourdes, também no interior do município de Água Santa.

Dom Martchello é um grande adepto de conhecer novas culturas e capturar imagens em ambientes diferenciados, sendo que há oito anos visita o Brasil.

Por Jovani de Cesaro

Correspondente da Rádio Tapejara para o município de Água Santa



Emater fortalece atendimento a catadores de caranguejo de São João da Ponta
SÍTIO AGÊNCIA PARÁ, 15.01.2014

O escritório local da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Pará (Emater) em São João da Ponta, no nordeste do estado, está estruturando o atendimento às 460 famílias extrativistas de caranguejo da Reserva Extrativista Marinha de Mocajui, por meio de uma chamada pública do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). "Atendemos esses agricultores familiares há mais de uma década, mas a chamada pública vem facilitar e melhorar tal atendimento", explica o chefe do escritório local, o técnico em agropecuária Francisco Assis.

Os trabalhos direcionados, que vão desde diagnósticos socioeconômicos até inserção de novas atividades, como o cultivo de ostras, se estenderão pelos próximos dois anos. A equipe também teve que ser aumentada já em novembro, de dois para 11 extensionistas das mais diversas formações, incluindo três agentes comunitários.

"Sem a Emater, a renda mensal da comunidade não chegava a 1/5 de um salário-mínimo. Na época do defeso, então, tinha gente que não tinha de onde tirar a sobrevivência. O apoio do Governo é para diversificarmos as atividades e termos acesso a tecnologias, crédito e mercados, como o da merenda escolar", diz o agente comunitário João Coelho.

Além de extrativismo de caranguejo, cujo resultado supera as 80 mil unidades por semana, as famílias colhem açaí, pescam artesanalmente e plantam mandioca. Para o presidente da Associação da Reserva Extrativista Mocajui, Zacarias Bandeira, a chamada pública reforça a organização social. "O caminho para quem depende da reserva é justamente a união, porque só a união permite o lucro sustentável", resume.

De acordo com o engenheiro agrônomo da Emater, Antônio Carlos Macedo, "as ações da Chamada Pública são bem específicas e partem do princípio de planos participativos. Uma questão interessante, por exemplo, é que estamos criando um espaço de recreação infantil na sede da Associação da Resex, onde as agricultoras poderão deixar os filhos sob os cuidados de recreadores profissionais contratados enquanto participam de reuniões, por exemplo", aponta o engenheiro agrônomo da Emater, Antônio Carlos Macedo. O primeiro diagnóstico acerca da reserva dentro da chamada pública deve ser concluído em fevereiro.

Texto:

Aline Miranda

Fone: (91) 3299-3419 /

Email: ascomematerpara@gmail.com



terras indígenas de Humaitá e Apuí
SÍTIO NOTÍCIA NA HORA, 16.01.2014

A Fundação Universidade Federal de Rondônia (UNIR) cumprindo seu papel pluridisciplinar e humanístico realizou, na manhã desta quarta-feira, 15 de janeiro de 2014, uma entrevista coletiva para explicitar a situação que vem ocorrendo nas terras indígenas dos Povos Tenharim e Diahui, localizadas no sul do Amazonas, especificamente nos municípios de Humaitá e Apuí. A coletiva teve a presença do Ministério Público Federal (MPF), representado pelo Procurador da República Raphael Bevilaqua, da Fundação Nacional do Índio (FUNAI), do Conselho Indigenista Missionário (CIMI) e de membros da Comissão "Missão Tenharim", um grupo de professores da UNIR dos Campi de Porto Velho e Ji-Paraná.

A reunião com a imprensa teve como objetivo apresentar informações colhidas no local do conflito pelos integrantes da comissão da UNIR no período de 7 a 11 de janeiro de 2014. No relatório parcial de observação, é relatada a situação de isolamento social, territorial e implicações psicológicas, que os indígenas estão passando. A preocupação dos indígenas com as crianças também é motivo para alerta, pois segundo eles, existe um grande trauma com as perseguições e ameaças que continuam existindo na região. Há dificuldades de alimentação, falta de medicamento e de assistência médica. O relatório parcial contém, além da narrativa da situação, a apresentação de uma série de propostas e recomendações visando à implementação de políticas públicas emergenciais que garantam a segurança alimentar e física dos indígenas.

O Ministério Público Federal manifestou-se informando que está atento aos fatos e encaminhando as reivindicações produzidas pelas lideranças indígenas às instituições responsáveis pelo atendimento desses povos. Neste sentido, encaminhará recomendação à UNIR, a fim de que possa recepcionar o grupo de 15 estudantes da etnia Tenharim, provenientes de instituições de ensino superior do sul do Amazonas. Esta ação visa prevenir intensificações do conflito a partir de possíveis atentados à vida desses alunos, visto que existem ameaças e pontos de vista diferenciados quanto à presença de indígenas, principalmente do Povo Tenharim na região. Em contrapartida, a UNIR, ao receber essa demanda, irá reunir os seus departamentos acadêmicos, a fim de analisar a recomendação e, se aceita, irá encaminhar um documento ao Ministério da Justiça e ao Ministério de Educação, solicitando a criação de estrutura apropriada para a permanência desses acadêmicos nesta IFES.

A comissão "Missão Tenharim" também informou que os indígenas estão preparando os termos para uma denúncia oficial à Organização dos Estados Americanos (OEA), e que foi elaborada uma carta sobre o conflito, endereçada à Presidente Dilma Rousseff, ao Ministério da Justiça, ao Ministério dos Transportes e à FUNAI, solicitando políticas públicas emergenciais. Como proposta, a comissão sugeriu a realização de um seminário objetivando discutir a situação de conflitos envolvendo indígenas e não indígenas do território nacional. Pois, dessa forma, a

CONT.

UNIR cumprirá o seu papel referente ao ensino, pesquisa e extensão, produzindo conhecimento



Boletim de Notícias - Edição nº 08./ 2014

Brasília, 16 de janeiro de 2014.

humanístico, científico e tecnológico, e propondo políticas públicas, visando o fortalecimento dos direitos humanos, principalmente das minorias.



Agricultura analisa projeto sobre indenização a ocupantes de terras indígenas

SÍTIO JORNAL BRASIL, 16.01.2014

A Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara dos Deputados analisa o Projeto de Lei 5919/13, do deputado Dr. Jorge Silva (Pros-ES), que cria regras para a indenização a agricultores ocupantes de boa-fé de terras indígenas. A proposta estabelece a indenização da terra nua e regulamenta o pagamento pelas benfeitorias, já previsto na Constituição, além de garantir a permanência dos agricultores até que tenham sido indenizados. São consideradas benfeitorias casas, silos, galpões, armazéns e plantações.

A proposta já foi aprovada na Comissão de Direitos Humanos e Minorias. O relator, deputado Marcos Rogério, (PDT-RO), destacou que, nos casos de áreas que são conhecidas como terras indígenas, o governo não tem nenhuma obrigação de indenizar seus ocupantes. Mas, quando a ocupação foi feita de boa-fé, ou seja, sem o conhecimento de que aquela era uma área indígena, é preciso pagar os produtores.

“No Brasil, há muitos casos em que o Incra deu a posse da terra para o produtor, para as famílias trabalharem, e depois essas áreas foram consideradas demarcadas como indígenas e as pessoas que lá estavam tiveram que sair e deixar as áreas. E não há um critério objetivo com relação à indenização”, afirma. “Extinguem-se as áreas de ocupação e os agricultores são expulsos sem a menor condição financeira de sobreviver em outro local, onde deverão reiniciar as atividades agrícolas e pastoris”, acrescenta.

Para Marcos Rogério, o autor do projeto tem razão ao ressaltar que esses agricultores devem ser indenizados por meio de critérios justos para poderem reiniciar a produção em outra área.

Tramitação

A proposta, que tramita em caráter conclusivo, também terá de ser analisada pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Íntegra da proposta:
PL-5919/2013



Boletim de Notícias - Edição nº 08./ 2014

Brasília, 16 de janeiro de 2014.

Conab faz doação para comunidades indígenas do AM

SÍTIO GENTE DE OPINIÃO, 16.01.2014

A Superintendência Regional da Conab em Rondônia concluiu no último sábado (11), em caráter de emergência, a entrega de 330 cestas de alimentos a aldeias indígenas da região do Madeira, no Sul do Amazonas. A chegada dos mantimentos servirá para amenizar a situação de insegurança alimentar resultante do conflito entre brancos e índios no estado do Amazonas.

As cestas foram distribuídas nas aldeias dos povos Tenharim, Parintintin, Juma e Dihui/AM. Nova remessa de alimentos ocorrerá no mês de fevereiro/2014, na mesma quantidade.

O atendimento foi realizado pela Conab Rondônia em razão da proximidade com as aldeias em litígio. O Superintendente Regional da Conab em Rondônia, Everaldo Santos, esteve no local tratando da logística de distribuição dos alimentos. Todo o trabalho foi acompanhado pela Polícia Federal e Polícia Militar.

Fonte: Ascom/Conab



Ilhéus: Após protesto, indígenas fazem concurso público para professor.

SÍTIO A VERDADE DE ILHÉUS, 16.01.2014

*Aprovados irão trabalhar em uma das 19 escolas instaladas em aldeias.
Protesto foi realizado em 2013, quando ocuparam sede de secretaria.*

Trezentos e sessenta e oito candidatos das etnias Tupinambá e Pataxó Hã Hã Hã realizaram provas em busca de uma das 390 vagas oferecidas pela Secretaria de Educação do Estado (SEE).

O concurso aconteceu no domingo (12), em Ilhéus, sul da Bahia. De acordo com a SEE, esse é o primeiro concurso para professor indígena no país.

Em novembro de 2013, um grupo de professores indígenas ocupou a sede da Secretaria Estadual da Educação em protestos. Na ocasião, eles reivindicavam a realização de concursos públicos para os profissionais que atuam nas tribos. O prédio foi desocupado dias depois.

O edital do concurso foi aberto no dia 3 de dezembro de 2013. O salário para os aprovados é de R\$ 900. Dentre as exigências para se candidatar, é preciso ser indígena e pertencer à etnia da aldeia onde deverá trabalhar, possuir nível médio com formação em Magistério Indígena e ter conhecimento dos processos econômicos e de produção da comunidade.

Os professores aprovados vão ensinar em 19 escolas em aldeias de Ilhéus, Buerarema, Pau Brasil, Santa Cruz Cabralia, Prado, Podelas, Abaré, Glória, Banzaê, Euclides da Cunha, Ibotirama e Muquém do São Francisco. O gabarito oficial deve ser divulgado em 30 dias. Já a convocação dos professores está prevista para o mês de março.

<http://averdadedeilheus.blogspot.com/>



Mato Grosso do Sul tem a 3ª maior taxa de suicídios do Brasil, diz Saúde

SÍTIO REGIÃO NEWS, 16.01.2014

Mais uma vez, Mato Grosso do Sul vigora no ranking brasileiro, e apresenta a segunda maior taxa de divórcios (4%), acima da brasileira, de 2,5%, segundo o IBGE.

Estatística que preocupa órgãos de saúde, a população de Mato Grosso do Sul é a terceira do Brasil que mais comete suicídio. Foram 8,1 casos para cada 100 mil habitantes entre 2006 e 2010, quase o dobro da média nacional, que é de 4,8 casos. Os números são de um levantamento divulgado hoje (15) pelo jornal Folha de São Paulo, com base em informações do Ministério da Saúde.

Os índices elevados de suicídio podem ser explicados pela alta incidência local de fatores de risco que predispõem à prática. Um deles é o divórcio, explica a psicóloga Ceres Mota Duarte. Mais uma vez, Mato Grosso do Sul vigora no ranking brasileiro, e apresenta a segunda maior taxa de divórcios (4%), acima da brasileira, de 2,5%, segundo o IBGE.

“Alguns casais separados se vêem em situação de vulnerabilidade, situação que pode levar a transtornos mentais como ansiedade ou depressão, todos esses fatores de risco”, explica Duarte.

O índice também é elevado entre migrantes, caso, mais uma vez, de Mato Grosso do Sul. Dos 2,5 milhões de habitantes do Estado, pouco mais da metade (1,8 milhão) nasceu aqui. “São pessoas tentando se inserir no contexto do meio onde passarão a viver, e buscam por um emprego melhor, uma boa casa, estabilidade. Fatores que podem causar frustração”, analisa a psicóloga.

População indígena - Outro fator são os registros locais de suicídio entre os povos indígenas. Em 2012, os 19 casos somente nas aldeias de Mato Grosso do Sul, colocaram o Estado como recordista em taxas de suicídio, conforme relatório do Cimi (Conselho Indigenista Missionário).

O coordenador do Cimi no Estado, Flávio Machado, associa os casos de suicídio à intervenção da sociedade, alheia à realidade das aldeias, aliada à falta de perspectivas, e casos de alcoolismo. “Pesquisas apontam que mais de 90% dos casos estão na faixa dos 14 aos 29 anos, ou seja, jovens, que não têm perspectiva, por causa do desemprego”, aponta. “A sociedade que os trata com o preconceito e racismo também contribui, além da facilidade de acesso à bebidas”, acrescenta.

Ainda sobre o levantamento da Folha, o recordista em taxas de suicídio é o Rio Grande do Sul, com 10,2 casos para cada 100 mil habitantes. Por lá, as justificativas vão desde a forte influência da cultura alemã, e seus padrões de auto exigência, até o uso de um agrotóxico nas lavouras de fumo, apontado como possível culpado por mudanças de comportamento nos agricultores.



Boletim de Notícias - Edição nº 08./ 2014

Brasília, 16 de janeiro de 2014.

Vídeo: advogada relata estupro cometido por índio da tribo Tupinambá em Ilhéus
SÍTIO ACAJUTIBA NEWS, 16.01.2014

Uma advogada paulista que não quis ser identificada foi estuprada no dia 01 de janeiro deste ano em uma reserva indígena da cidade de Ilhéus. O acusado é um índio da tribo Tupinambá, que segundo a vítima, usa drogas e estava armado no momento do crime. No vídeo ela relata como aconteceu a violência com todos os detalhes. Conforme publicação do Blog Vermelhinho da Bahia.

Assista ao vídeo:

http://www.youtube.com/watch?feature=player_embedded&v=XmIIurHrAk0

Índios Krikati reivindicam cumprimento de acordo que remonta à década de 1970
SÍTIO ENVOLVERDE, 16.01.2014



Krikati desfiam folhas de palmeira |Gilberto Azanha

Os protestos realizados em 5 e 6 de janeiro foram motivados pelo não cumprimento de acordo por parte da Eletronorte. No dia 11 novo acordo foi selado entre as partes. Entretanto, a implementação de um programa de longo prazo deverá ser decidida judicialmente.

No início de janeiro, os Krikati, da Terra Indígena Krikati, no sudoeste do Maranhão, realizaram protestos para reivindicar o cumprimento de acordo feito com a Eletronorte nos anos 1970, que permitiu que fossem instaladas torres de linhas de transmissão de energia em seu território. Em 5/1 bloquearam a estrada MA-080 e no dia seguinte derrubaram duas torres de transmissão que interligam a subestação do município de Imperatriz ao município de Presidente Dutra. Porém o fornecimento de energia não foi interrompido de acordo com comunicado da Eletronorte.

Diante dessas manifestações, o governo federal enviou tropas do Exército à Terra Indígena, embora a Fundação Nacional do Índio (Funai) estivesse mediando o diálogo entre índios e Eletronorte. Em 11 de janeiro, o acordo entre eles foi restabelecido. A Funai informou que vem atuando para encontrar soluções para a situação criada que é antiga.

Em texto publicado em seu site, o órgão indigenista informa que a Eletronorte instalou torres na década de 1970 no território dos Krikati e como forma de compensação desenvolveu ações nas áreas de saúde, educação, infraestrutura entre outras, no período de 1977 a 1987. A Funai informa ainda que desde que esses acordos foram estabelecidos, os indígenas vêm batalhando para que a empresa implemente um programa de apoio de longo prazo, que possa compensar

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 08./ 2014

Brasília, 16 de janeiro de 2014.

e mitigar os impactos causados pelas linhas de transmissão, já que colocam em risco a segurança das comunidades e restringem o uso da terra.

Programa de longo prazo será resolvido judicialmente

Declarada em 1992, a Terra Indígena Krikati, situada entre os municípios de Montes Altos e Sítio Novo, a 65 km de Imperatriz, foi homologada em 2004 como de uso exclusivo e permanente dos Krikati, embora até hoje permaneçam as questões relativas à regularização fundiária e à ocupação de áreas de seu território por não indígenas. A extrusão, iniciada em 1999, não foi concluída.

De acordo com a Funai, em outubro de 2013 realizou-se uma reunião entre a Eletronorte e índios, na qual a empresa se comprometeu a promover ações concretas para solucionar os problemas que afetam a comunidade. Porém, a demora em cumprir o acordo levou os Krikati a protestar. O novo compromisso firmado em 11 de janeiro prevê que a implementação do programa de longo prazo deverá ser decidida por via judicial. As questões de saúde, saneamento e educação continuam na pauta.

O Exército permanece na área, agora para dar suporte ao reerguimento das torres de transmissão.

Para saber mais sobre o povo Krikati consulte <http://pib.socioambiental.org/pt/povo/krikati>

* Publicado originalmente no site Instituto Socioambiental.
(ISA)

INFORME 6 - Operação Awá-Guajá
SÍTIO FUNAI, 16.01.2014



Foto: Silvano Fernandes/ Funai

Começou nesta quarta-feira (15/1) a entrega das notificações, pelos oficiais de justiça, para os não índios que vivem na Terra Indígena Awá. Ao todo foram entregues 45 notificações na região Sul da Terra Indígena, onde estão localizadas as grandes fazendas e o povoado conhecido como Caju.

A ação do governo federal cumpre a decisão da Justiça Federal do Maranhão de retirar todos os não indígenas da Terra Indígena Awá, localizada entre os municípios de Centro Novo do Maranhão, Governador Newton Bello, São João do Caru e Zé Doca, na região Noroeste do estado.

Após receber a notificação o morador tem até 40 dias para sair voluntariamente da terra, levando seus bens. Após este prazo, a justiça expedirá mandados de remoção de todos os ocupantes não índios que estiverem na Terra Indígena.

Integrantes da equipe que compõem a Operação Awá encontraram pontes destruídas por manifestantes contrários a saída da terra indígena, para tentar evitar a entrada dos oficiais de justiça.

Aqueles que já receberam as notificações podem procurar o escritório de governo, montado na base avançada, na entrada da terra indígena. Lá estão disponíveis equipes do Incra e das prefeituras locais que farão o cadastramento das famílias nos programas de reforma agrária e no Cadastro Único.

A entrega das notificações segue conforme o planejado e será realizada de forma contínua e pacífica.

A equipe interministerial da Operação Awá é formada por servidores da Funai, Secretaria-Geral da Presidência da República, Polícias Federal, Rodoviária Federal, Força Nacional, Gabinete de Segurança Institucional – ABIN, Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia – CENCIPAN, Incra.

Disque 100

O serviço do Disque 100 para informações e denúncias sobre o processo de desintrusão já atendeu mais de mil ligações, desde o dia que entrou em atividade, em 6 de janeiro.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 08./ 2014

Brasília, 16 de janeiro de 2014.

O serviço oferecido pela Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, funciona 24 horas por dia, incluindo sábados, domingos e feriados. As ligações podem ser feitas de toda a região, por meio de discagem direta e gratuita, de qualquer terminal telefônico fixo ou móvel, bastando discar 100.



Tempos sombrios para os povos indígenas

SÍTIO CEDEFES, 16.01.2014

Os ataques aos povos indígenas começaram 514 anos atrás, e sempre foram pautados pela lógica de expansão territorial e econômica do país, atingindo períodos de particular crueldade, levando ao extermínio de populações inteiras e ao desaparecimento de grande parte da diversidade sócio-cultural do país. Hoje é possível dizer que estamos em um destes períodos. Desde novembro do ano passado, assistimos no Brasil a uma avalanche de agressões e ataques explícitos e diretos aos povos indígenas.

A Rodovia Transamazônica (BR 230) foi construída numa época particularmente atroz para os índios. Atravessando terras indígenas e retalhando implacavelmente a floresta, a estrada abriu brechas para a “colonização” da região, – isto é, para a extração de madeira, a criação extensiva de gado (mediante extenso desmatamento prévio) para, mais recentemente, possibilitar o plantio de soja, cana e demais commodities – hoje motores econômicos e justificativas “incontestáveis” das atrocidades mais atuais que continuam sendo cometidas.

Um dos territórios atravessados pela estrada é justamente o do povo Tenharim, que ocupou a cena nos noticiários no final do ano e continua no centro das atenções. Atualmente, essa região, conhecida como sul do Amazonas, é campeã de desmatamento, de grilagem e de violências contra seringueiros, índios e pequenos agricultores. Desde os anos 1970, os Tenharim estão aguardando compensações por suas terras terem sido cortadas pela estrada, e pelas mortes acarretadas ao longo do processo de sua construção.

Uma investigação aparentemente inconclusa sobre a morte mal explicada de uma das principais lideranças Tenharim, seguida do desaparecimento de três não indígenas na região provocou um levante da população local contra os índios, gerando uma onda de violências, declarações e vociferações preconceituosas e racistas sem precedentes nas ruas da cidade de Humaitá (AM). Diversas reportagens, relatos, comentários, fotografias e vídeos (onde, por exemplo, é possível ouvir gritos de alegria e comemorações durante as ações violentas) nas redes sociais e na mídia local estamparam a brutalidade do racismo de alguns moradores não-indígenas de Humaitá.

Este fato, que poderia ser considerado como um mero caso policial, infelizmente, não deve ser tratado como um caso isolado. Ele é o último de uma série cada vez mais massiva de agressões e ações abertamente preconceituosas e violentas contra os povos indígenas no país.

Impossível não lembrar, mais uma vez, da invasão da sede da Fundação Nacional do Índio por ruralistas em Campo Grande e do discurso de uma mulher desejando aos índios: “Morram! Morram!” no contexto do Leilão da Resistência. Organizado em dezembro de 2013 por fazendeiros e simpatizantes do agronegócio no Mato Grosso do Sul, o encontro arrecadou

CONT.



quase um milhão de reais para financiar milícias armadas – ou, oficialmente, “empresas de segurança privada” – destinadas a proteger as fazendas de eventuais retomadas de terra pelos Guarani, Kaiowá e Terena. Desde o início do século XX, os Guarani e Kaiowá foram espoliados sistematicamente de suas terras e obrigados a viver em exíguas reservas, ecologicamente devastadas, sem ter nenhuma outra perspectiva a não ser servir como mão de obra barata para os mesmos latifundiários que hoje ocupam e exploram suas terras tradicionais.

Há poucos dias, também no Mato Grosso do Sul, a investigação da morte de Oziel Terena foi declarada inconclusiva pela Polícia Federal. Em maio de 2013, o jovem indígena foi assassinado durante a reintegração de posse da Fazenda Buriti, uma das propriedades do ex-deputado Ricardo Bacha (PSDB) que incide sobre a terra indígena Buriti, declarada em 2010 como de ocupação tradicional. No mesmo dia, proprietários de terra recusavam indenizações milionárias oferecidas pelo governo como compensação pela devolução das terras aos índios. “Vamos para o pau!”, declarou publicamente Bacha, insatisfeito com os mais de 10 milhões de reais oferecidos a ele e sua família.

Ameaças, truculência, abuso de poder, disputa judicial interminável. A isso estão cotidianamente sujeitos os Guarani Nandeva da terra conhecida como Yvy Katu, no município de Japorã (MS), fronteira com o Paraguai. Eles esperam a homologação de sua terra há quase 10 anos, vivem acampados em suas próprias terras e anunciaram recentemente que resistirão à morte à execução de reintegrações de posse ou ações de pistoleiros contra sua permanência na área. O mesmo delegado responsável pela reintegração da Fazenda Buriti os ameaçou verbalmente na última ação realizada pela Polícia Federal em Yvy Katu. “Deus abençoe vocês”, respondeu quando os índios disseram que não deixariam sua terra. No Mato Grosso do Sul, dezenas de áreas indígenas aguardam demarcação ou homologação, em configurações semelhantes.

São inúmeros os casos, e não caberia aqui estabelecer uma lista sistemática dessa avalanche de agressões. O que nos parece mais importante é enfatizar que as tensões e os conflitos fundiários se dão em um contexto de ataques políticos e jurídicos intensos aos povos indígenas e a seus direitos constitucionalmente garantidos. De fato, o ano de 2013 foi também um ano de grandes ataques aos direitos indígenas no Congresso, levados a cabo principalmente pela bancada ruralista, que atualmente forma parte da base aliada do governo.

Ao menos trinta proposições sobre legislação indígena tramitam no Legislativo ou foram editadas pelo Executivo, todas afetam diretamente os povos indígenas. Estes projetos de lei e decretos dialogam diretamente com os ataques sofridos pelos indígenas; são uma resposta positiva às demandas das oligarquias agrárias e do agronegócio, principais motores da violência contra as populações originárias. Assim, esse verdadeiro rolo compressor – liderado e conduzido pela bancada ruralista, e praticado hoje no campo da legalidade e da ilegalidade pelo capital brasileiro e transnacional – está dando o tom da reedição da guerra de colonização.

Fonte: Por Oiara Bonilla, em Amazônia Real



Morte de índios é a maior desde 1988, diz Pastoral da Terra

SÍTIO CEDEFES, 16.01.2014

Entidade de direitos humanos afirma que, em 2013, 14 pessoas morreram em disputa por terras; no ano anterior, foram seis

As tensões causadas pelas disputas por territórios indígenas têm se agravado nos últimos anos e elevaram o número de assassinatos a índios em conflitos de terra no Brasil. No ano passado, segundo dados parciais obtidos pelo GLOBO com a Comissão Pastoral da Terra, o total de mortes cresceu pelo terceiro ano consecutivo e chegou a 14, o maior número verificado desde 1988 na série histórica dos dados de assassinato da entidade de direitos humanos.

Em 2012, foram mortos seis índios em conflitos de terra e, em 2011, foram assassinados quatro. Atualmente, segundo a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, 155 pessoas estão incluídas, em áreas de conflito de terra, no Programa de Proteção aos Defensores dos Direitos Humanos. Do total, 37 são indígenas, que já representam 23,8% do total. A maior parte dos protegidos pelo governo federal atuam na Região Norte, sobretudo no Pará.

No ano passado, as mortes de indígenas ocorreram, em sua maioria, em Roraima, Bahia e Mato Grosso do Sul, estados onde as disputas por terras têm recrudescido nos últimos anos. Em Roraima, na cidade de Alto Alegre, cinco índios da etnia Yanomami, entre eles uma criança, foram mortos em abril do ano passado. Segundo lideranças indígenas, a atividade ilegal de extração de minérios tem se intensificado na região e garimpeiros têm atuado inclusive na Terra Indígena Yanomami.

Na Bahia, três índios da etnia Tupinambá foram assassinados por pistoleiros em novembro, na cidade de Ilhéus, após emboscada que teria sido preparada por fazendeiros. As lideranças indígenas da região, onde habitam cerca de 4,7 mil índios, têm cobrado desde 2004 o governo federal pela demarcação da Terra Indígena Tupinambá de Olivença, que tem sofrido invasões de produtores locais.

Uma das mortes presentes no levantamento é a do cacique Ivan Tenharim, em dezembro do ano passado, em área próxima à reserva Tenharim Marmelos, em Humaitá (AM). A morte acirrou os conflitos na região entre indígenas e moradores locais e teve como desfecho, na semana passada, a exoneração do coordenador regional da Funai. Na segunda-feira, o Ministério da Justiça determinou que a Força Nacional de Segurança prolongue por mais três meses o período de atuação em Humaitá para pacificar a situação local.

— Infelizmente, o nível de violência praticado contra indígenas no país é muito grave. E, quando falamos de violência, incluímos também o racismo, o preconceito e a exclusão social — afirmou a presidente da Funai, Maria Augusta Assirati, segundo a qual a entidade tem articulado um plano de enfrentamento à violência contra os povos indígenas no país.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 08./ 2014

Brasília, 16 de janeiro de 2014.

Segundo dados parciais do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), no ano passado, foram mortos 41 indígenas, 26 dos quais no Mato Grosso do Sul, onde está localizada a segunda maior comunidade indígena do Brasil. No sudoeste do estado, índios da etnia Guarani-Kaiowá disputam terras com fazendeiros, muitas das quais ainda passam por processo de demarcação. Os dados de mortes do Conselho Indigenista Missionário são maiores que os da Comissão Pastoral da Terra porque incluem, entre outros assassinatos, os que não estão relacionadas com conflitos de terra.

Governo estuda mudar processo de demarcação

O acirramento dos conflitos de terra entre índios e fazendeiros tem levado o governo federal a estudar mudar o processo de demarcação das terras indígenas. Para o secretário-executivo do Conselho Indigenista Missionário, Cleber César Buzatto, o governo federal tem atuado de maneira lenta para o reconhecimento de territórios indígenas, demora que, segundo ele, se aprofundou no governo da presidente Dilma Rousseff.

— Agora, com a Dilma Rousseff, mais que uma lentidão, há uma moratória, uma paralisação nas demarcações e isso influi também no processo de potencialização dos conflitos e, conseqüentemente, no aumento da violência contra os indígenas — criticou.

Na avaliação de Edmundo Rodrigues Costa, da coordenação nacional da Comissão Pastoral da Terra, o aumento da violência contra os índios em conflitos de terra pode ser explicado tanto pela maior articulação dos povos indígenas, que têm cobrado mais a demarcação de terras, como pela demora do governo federal em cumprir o processo legal.

— A tendência, se não forem resolvidas logo essas questões, vai ser o aumento cada vez maior do número de indígenas assassinados no país — avaliou.

Fonte: Gustavo Uribe, O Globo



Agência instalada em barco vai atender mulheres ribeirinhas vítimas de violência
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 16.01.2014

Agência Brasil*

Brasília – A Agência-Barco Ilha de Marajó, da Caixa, vai atender também mulheres ribeirinhas vítimas de violência. Hoje (16), em Belém, a ministra da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República, Eleonora Menicucci, e o presidente da Caixa, Jorge Hereda, firmarão termo de cooperação que estabelece a prestação de serviços, no barco, do Programa Mulher, Viver sem Violência.

Atualmente, a agência-barco atenua as dificuldades de acesso aos serviços e produtos bancários. Agora, além do atendimento bancário, serão oferecidos serviços de informações sobre direitos, sobre a Lei Maria da Penha e sobre a Central de Atendimento à Mulher – Ligue 180, além do estímulo ao acesso à Justiça na rede especializada (juizados, defensorias públicas, ministérios públicos, tribunais de Justiça, delegacias).

Em um período de 20 dias, a embarcação percorrerá nove municípios: Bagre, Curralinho, Melgaço, Muana, Ponta de Pedras, Portel, Salvaterra, São Sebastião da Boa Vista e Soure. A primeira saída está prevista para 20 de janeiro.

De acordo com a secretaria, os barcos expandem a cobertura dos serviços do programa. Há ainda ônibus doados pela secretaria aos governos estaduais e consórcios de municípios localizados no campo e na floresta – dois por unidade da Federação, totalizando 54 veículos.

Cronograma de viagens da Agência-Barco Ilha de Marajó:

Data	Município
20/01	Ponta de Pedras
21/01	Ponta de Pedras
22/01	Salvaterra
23/01	Salvaterra
24/01	Soure
25/01	Belém
26/01	Belém
27/01	Muana
28/01	São Sebastião da Boa Vista
29/01	São Sebastião da Boa Vista
30/01	Curralinho
31/01	Curralinho
03/02	Bagre
04/02	Melgaço
05/02	Portel

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 08./ 2014

Brasília, 16 de janeiro de 2014.

06/02 Portel

08/02 Belém

*Edição: Graça Adjuto



MPF recomenda transferência de militares envolvidos na prisão de quilombolas
SÍTIO BOCÃO NEWS, 16.01.2014

O Ministério Público Federal na Bahia (MPF) recomendou a transferência dos quatro sargentos da Marinha envolvidos na prisão de dois moradores da comunidade quilombola Rio dos Macacos, no dia 6 de janeiro. A recomendação foi assinada nesta segunda-feira (13) pelo procurador regional dos Direitos do Cidadão Substituto, Edson Abdon, direcionada ao Comando do 2º Distrito Naval.

O órgão recomenda que seja feita a remoção/transferência dos quatro sargentos para outras bases do 2º Distrito Naval, uma vez que os militares, mesmo de folga, estariam sempre próximos da comunidade porque moram nas proximidades da Base Naval de Aratu, na Vila Naval da Barragem. Caso o comando do 2º Distrito Naval não atenda à recomendação, o MPF pode adotar outras medidas, como notificar para uma oitiva para descobrir as razões do não cumprimento da recomendação.

A recomendação foi feita após o depoimento dos irmãos Edinei Messias dos Santos e Rosimeire Messias dos Santos ao procurador, feitos no mesmo dia da emissão do documento. Edinei e Rosimeire estariam temendo uma represália dos militares. Em trecho do depoimento de Rosimeire divulgado na recomendação, ela conta que um dos sargentos teria dito "hoje eu estou de farda, mas amanhã eu vou pipocar sua cabeça e a de seu irmão onde eu os encontrar".

Comandante do 2º Distrito Naval, vice-almirante Antônio Fernando Monteiro Dias, já sinalizou, porém, dificuldade no cumprimento da recomendação. Dias explicou não ter outro local para que os militares passem a noite. A questão foi passada ao procurador hoje (15) e será encaminhada de forma oficial nos próximos dias. A decisão de manter ou não a recomendação será tomada por Abdon após analisar os todos argumentos que serão apresentados pela Marinha.

Além de Edinei e Rosimeire, o comandante da Base Naval de Aratu foi ouvido na procuradoria. Os quatro sargentos denunciados pelos irmãos serão ouvidos nas próximas sexta-feira (17) e segunda-feira (20), dois de cada vez. À Agência Brasil, Abdon também informou que recebeu as imagens das câmeras de segurança, que serão analisadas nos próximos dias.



Incra-MA apresenta para representantes da CNA plano de reassentamento de não-índios na Terra Indígena Awá
SÍTIO O PROGRESSO, 16.01.2014

Com o objetivo de apresentar o Plano de Reassentamento que a autarquia está executando para assentar as famílias de não-índios que serão retiradas da Terra Indígena Awá, o superintendente regional do Incra no Maranhão, José Inácio Rodrigues, recebeu na manhã dessa terça-feira (14) uma comissão da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) para tratar do processo de desintrusão da Terra Indígena Awá, localizada entre os municípios de São João do Caru, Zé Doca, Newton Belo e Centro Novo. A reunião foi na sede da Superintendência do Incra, no bairro do Anil, em São Luís.

Participaram da reunião o coordenador técnico do Instituto CNA, Arno Jerke Júnior; o presidente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Maranhão (Faema); José Hilton Coelho; o assessor jurídico da Faema, José Luiz Camargo; o consultor jurídico da CNA, Rudy Maia Ferraz, e Leonilson Serrão, presidente do Sindicato dos Produtores Rurais de Zé Doca.

O superintendente regional do Incra-MA, José Inácio Rodrigues, ressaltou que o governo está cumprindo uma determinação da Justiça. Informou que o trabalho de cadastramento das famílias será iniciado após as notificações, que, até o momento (14/01) não começaram a ser entregues. Os servidores do Incra que farão o cadastramento já estão em São João do Caru.

Áreas

Em relação a áreas para o reassentamento das famílias, o superintendente informou que o Incra está trabalhando com várias possibilidades: compra direta por meio de Edital; revisão ocupacional em projetos de assentamento já existentes; áreas públicas sob a responsabilidade do Programa Terra Legal, além de áreas que foram decretadas para fins de reforma agrária recentemente pela Presidência da República.

“O importante é que teremos a área no prazo determinado pela justiça e estamos realizando todos os esforços para que as áreas sejam o mais próximo possível dos municípios em que as famílias estão morando”, explicou Rodrigues.

José Inácio explicou que as famílias que estiverem inscritas no CadÚnico e que possuírem perfil para serem candidatas ao Plano Nacional de Reforma Agrária terão acesso à rede de proteção social do governo federal, como o Bolsa Família, Brasil Carinhoso, e a outros programas como o Minha Casa, Minha Vida, Luz para Todos, Água para Todos.

Informou também que o Incra vai assegurar outros benefícios, como fomento para instalação e inclusão produtiva, vias de acesso e assistência técnica.

Indígena de Caarapó dada como 'morta' reaparece causando susto e arrepio na família

SÍTIO FÁTIMA INFORMA, 16.01.2014



A falecida mais viva do que nunca, Jaciela Freitas (Foto: Zeni Lemes Ramires)

Um caso no mínimo inusitado. Como foi noticiado pelas mídias de vários municípios de Mato Grosso do Sul, no dia 24 do mês passado, a Polícia Militar de Itaporã encontrou uma jovem acusada de ter sido assassinada com uma paulada na cabeça e também torturada antes de ser jogada na água em uma lagoa daquele município. A vítima foi divulgada como Jaciela Freitas, de 15 anos, moradora na Aldeia Te' yikue em Caarapó.

A PM de Itaporã entrou em contato com integrantes do Conselho Tutelar de Caarapó, para informar sobre o fato e também para que os mesmos entrassem em contato com os familiares da vítima no sentido de se fazer o devido reconhecimento do corpo que foi levado ao IML de Dourados.

O Conselho Tutelar de Caarapó entrou em contato com o vereador Dario Ramires (PR), que foi até Dourados com o indígena Argeu Freitas, pai da suposta vítima. "Fomos informados que se não fossemos até aquela data a jovem seria enterrada com indigente, pois a mesma estava em seu terceiro dia e em estado de putrefação.

O vereador Dario Ramires disse a reportagem do CaarapoNews que o pai observou todos os detalhes do corpo, e confirmou que a mesma era sua filha. "Inclusive até uma tatuagem com as iniciais do seu nome, ou seja, J.F, tinha em uma das partes do corpo. Perguntei para ele em 'guarani', e daí é o sua filha? o mesmo disse que sim. A partir dali foi confeccionado o boletim de ocorrência para o devido traslado da jovem para a reserva indígena e o seu sepultamento", observou.

CONT.



“Quando a família já se preparava para a reza pelo 7º dia de falecimento de Jaciela, recebemos uma ligação da cidade de Amambai, dizendo que a mesma estava viva. Pedimos urgentemente para que ela se apresentasse a família, pois os mesmos ficaram pasmados. Não demorou e a então ‘falecida’ chegou causando susto e até mesmo arrepio nas pessoas”, explicou Dario.

A notícia começou a correr e a Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai), em Caarapó, enviou a agente de saúde, Francieli Paim, para ir até a Reserva Indígena Te’ yikue, com o intuito de averiguar o fato. E para surpresa da servidora a mesma encontrou a jovem dada como morta em uma rede na casa de sua tia Argemira Freitas e do avô Carlito Freitas.

Ramires disse ainda que a jovem dada como morta estava no município de Amambai com familiares no dia do acontecimento. “A família e a comunidade indígena estão todos felizes pelo fato da jovem está viva, só que por outro lado, agora vamos ter que trabalhar muito para fazer com que os seus documentos passem a valer novamente, haja vista, ter sido feito um atestado de óbito da mesma”, observou.

Conforme foi noticiado em vários veículos de comunicação do Estado ontem (14), o caso veio à tona depois que o Sesai descobriu que Jaciela Freitas estava viva. Na reportagem desta terça-feira dá conta que a jovem morta e sepultada na aldeia de Caarapó seria ‘Núbia’, de 13 anos, também moradora da Reserva Indígena Te’ yikue.

Só que em contato com um dos líderes da Reserva Indígena Te’ yikue, o vereador Dario Ramires, e o chefe do Sesai em Caarapó, Adalberto Araújo, ficou confirmado que com esse nome não existe nenhuma pessoa cadastrada no banco de dados da aldeia caarapoense que fica no chamado Pólo da Funasa em Caarapó.

A reportagem do CaarapoNwes conversou também com o delegado de Polícia Civil de Caarapó, Benajmin Lax, e o mesmo disse que o caso é considerado no meio policial como pitoresco. “É um problema que não vai depender unicamente da PM que atendeu o fato, nesse caso, a de Itaporã, onde foi localizado o corpo. Como todos sabem, a comunidade indígena tem suas tradições e culturas que devem ser respeitadas e isso pode fazer com que o fato demore um pouco para ser esclarecido. Mas com um pouco de bom senso, mais cedo ou mais tarde, vai ser descoberto que foi sepultada no lugar da jovem Jaciela Freitas”, disse.

A jovem que foi dada como morta, é filha de Argeu Freitas e Rosa Barbosa que vivem atualmente separados. A mesma que tem estado sempre em trânsito entre Caarapó, Itaporã e Amambai, disse ao vereador Dario Ramires, que por enquanto vai ficar na aldeia Te’ yikue.

A Reserva Indígena Te’ yikue conforme informações do Sesai tem atualmente aproximadamente 6.100 índios cadastrados.



Índio Capiapó assassinado em reserva indígena no município de Tucumã
SÍTIO BLOG DO BRAGA, 16.01.2014

De acordo com informações não confirmadas pelas autoridades, um índio de uma tribo Caiapó, de uma reserva no município de Tucumã, na divisa com o município de São Félix do Xingu, foi assassinado por três elementos, na segunda-feira (13), à noite, na localidade conhecida como Mercearia do Ideu, na vicinal P-9, próximo ao Rio Fresco, a 90 quilômetros de Tucumã.

De acordo com as informações, os três elementos teriam chegado à Mercearia do Ideu, com o objetivo de assaltar o estabelecimento, o que o fizeram, mas um índio que estava no local para vender castanhas, teria reconhecido um dos ladrões, razão pela qual foi morto pelos acusados, que fugiram após cometerem o crime, no entanto, teriam sido capturados na estrada pelos índios.

Nem a Funai e nem as autoridades policiais da região quiseram confirmar se os homens capturados pelos índios estão mortos ou se permanecem vivos. Outra informação dar conta que os três assaltantes seriam de São Félix do Xingu.(edmar britto)



Já se passaram 30 dias e ainda não foram encontrados os corpos dos moradores sequestrados pelos índios

SÍTIO TRIBUNA DA IMPRENSA, 16.01.2014

Carlos Newton

Em Humaitá, no Amazonas, a Polícia Federal prossegue as buscas dos três moradores desaparecidos, que foram sequestrados pelos índios tenharim dia 16 de dezembro, quando trafegavam num Gol preto na Transamazônica.

A Polícia Federal montou uma delegacia móvel montada em um caminhão. As equipes usam cães farejadores e equipamentos especiais, como ultrassom para a leitura do subsolo e até um detector de metais, para encontrar outras peças do automóvel desaparecido. As primeiras que foram achadas foram enviadas à perícia, para confirmar se eram mesmo do carro Gol.

EM 2006, OUTRO SEQUESTRO

Reportagem de José Maria Tomazela, enviado especial do Estadão, revela que este não foi o primeiro sequestro na reserva indígena. O caminhoneiro Jafre Rangel de Souza, com 25 anos na época, ficou 20 horas como refém dos índios tenharim, por ter se negado a dar carona a um grupo de indígenas.

O sequestro ocorreu em março de 2006, mas o caso veio à tona na última sexta-feira, dia 10, com a apreensão, pela Polícia Federal, de um documento em que os próprios índios relatam a retenção de um caminhão Mercedes Benz e do homem que o conduzia.

De acordo com o documento, o motorista foi rendido no km 120 da rodovia Transamazônica (BR-320) e levado com o veículo para a aldeia tenharim. Os índios exigiam que ele pagasse R\$ 10 mil para que o veículo fosse liberado. Souza só foi liberado depois da chegada do administrador regional da Fundação Nacional do Índio (Funai), mas o caminhão continuou retido.

Os índios lavraram um documento a que chamaram de "relatório de ocorrência" impondo a condição do pagamento para a liberação do veículo. O dono procurou a 8ª Delegacia Regional de Humaitá, que o encaminhou à Polícia Federal de Manaus. Sem solução, Souza acabou pagando a "multa" com a ajuda de outros caminhoneiros.



Representantes de ministérios tentam acordo entre índios tenharins e moradores
SÍTIO GP1, 16.01.2014

Moradores da cidade acusam os índios de terem sequestrado três homens, em 16 de dezembro, em represália à morte do cacique Ivan Tenharim, no início do mês passado. Representantes dos ministérios do Meio Ambiente, da Justiça, do Desenvolvimento Agrário e do Desenvolvimento Social seguem nesta manhã para a Terra Indígena Tenharim Marmelos, a cerca de 150 quilômetros do município de Humaitá, no sul do estado do Amazonas.

A equipe desembarcou na região do conflito entre os índios tenharins e a população de Humaitá, para tentar uma solução para os conflitos e, principalmente, para que os índios não voltem a cobrar pedágio na BR-230 (Transamazônica), que corta a reserva.

Há quase um mês, os índios tenharins estão isolados nas aldeias. Impedidos de cobrar o pedágio e impossibilitados de se deslocar até a cidade, estão dependentes da assistência do governo federal. A Fundação Nacional do Índio (Funai) tem distribuído cestas básicas e medicamentos.

Moradores da cidade acusam os índios de terem sequestrado três homens, em 16 de dezembro, em represália à morte do cacique Ivan Tenharim, no início do mês passado. Uma nota do então coordenador da regional da Funai, Ivã Bocchini, levantou a suspeita de que o líder tenharim teria sido assassinado. A polícia apontou a causa da morte como acidente de moto. Na sexta-feira (10), Bocchini foi exonerado do cargo.

Fonte: Agência Brasil